

Ministério Público quer nova auditoria no DF

Juliana Cézar Nunes
Da equipe do **Correio**

Representantes do Ministério Público enviaram no início da noite de ontem um ofício ao Ministério da Saúde requisitando nova auditoria na Secretaria de Saúde do Distrito Federal. O documento foi elaborado por cinco procuradores e promotores da União e do DF. Eles analisaram o relatório dos técnicos do ministério, divulgado na última segunda-feira, e classificaram o trabalho como superficial, com poucos detalhes sobre as irregularidades e nenhuma indicação clara dos culpados pelos problemas.

O pedido de reabertura das investigações foi endereçado à diretora do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS), Maria Aparecida Fernandes, responsável pela coordenação da primeira auditoria do ministério na secretaria. Durante onze dias, os técnicos visitaram hospitais e farmácias públicas, analisaram documentos, entrevistaram pacientes, médicos e funcionários da secretaria. Entre as irregularidades encontradas por eles estão a compra de medicamentos com dispensa de licitação — 60% do total — e valores até 374% acima do que é cobrado por outros estados.

No relatório, os técnicos do ministério reconhecem a necessidade de ampliar as investigações e aconselham o governo federal a realizar uma auditoria em toda a rede pública de saúde do DF. O documento foi entregue ao procurador da República no DF, Marcelo Serra Azul, que montou uma equipe com quatro especialistas em gestão pública de saúde para dar continuidade às investigações. Três deles do ministério e um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“A iniciativa é boa, mas o ministério também precisa continuar investigando diretamente. Desde julho estamos mostrando irregularidades no setor e só agora eles resolveram realizar uma auditoria, que acabou não trazendo muitas novidades”, diz o promotor Jairo Bisol, do Ministério Público do DF. Ele também assinou o ofício enviado ao ministério onde estão listadas 13 irregularidades que devem ser investigadas na nova auditoria. A maior parte dos itens está relacionada com dúvidas sobre o processo de compra e distribuição de remédios. Um deles, no entanto, pede que sejam analisados os indícios de favorecimento da empresa White Martins, fornecedora de oxigênio hospitalar.

Carlos Vieira



DRAMA NOS HOSPITAIS: PACIENTES PASSAM HORAS ESPERANDO POR ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA

No ano passado, os serviços prestados pela multinacional custaram R\$ 4,5 milhões ao Fundo de Saúde do DF. O Ministério Público suspeita que as tubulações para a passagem de oxigênio nos hospitais da rede só permitam o uso do produto fornecido por ela, o que caracterizaria um monopólio comercial. Procurada pelo **Correio**, a empresa disse que irá respon-

der às acusações hoje.

O diretor do Hospital de Base, Aluísio Toscano, conta que as tubulações do maior hospital da rede pública foram trocadas há dois anos. “Mas além do oxigênio da White Martins, o sistema aceita o produto da nossa própria fábrica, criada há oito anos. Metade do oxigênio consumido no hospital é da White Martins, metade é produção nossa.”

FARMÁCIA

245-7038

é o telefone instalado na Farmácia de Alto Custo. Agora, os pacientes não precisarão ir até lá para saber se o remédio está em falta ou não.